

MANUAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO: A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO E O DISCURSO SOBRE IGUALDADE VEICULADO POR INSTITUIÇÕES DO BRASIL

Camilla Machado Cruz¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso (AD) francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL), de dois manuais de linguagem inclusiva de gênero publicados no Brasil: o “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017) e o “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero” (Brasil, 2021). O objetivo é compreender como ocorre o processo de manualização do saber linguístico nessas materialidades discursivas. Fundamentamo-nos em Pêcheux (2014, 2015), Puech (1998) e Auroux (2014). A análise permite observar a circulação de um discurso sobre igualdade que recomenda uma linguagem não sexista voltada à visibilização do feminino, mas não orienta o uso de uma linguagem não binária. Argumenta-se que a manualização do saber linguístico se inscreve em uma formação ideológica patriarcal, mobilizando formações discursivas binárias e não binárias.

Palavras-chave: Manualização. Discurso. Manuais de linguagem. Linguagem inclusiva. Análise do Discurso.

GENDER-INCLUSIVE LANGUAGE MANUALS: THE MANUALIZATION OF LINGUISTIC KNOWLEDGE AND THE DISCOURSE ABOUT EQUALITY VEHICLED BY INSTITUTIONS IN BRAZIL

Abstract: This article presents a discursive analysis, from the perspective of French Discourse Analysis (DA) in conjunction with the History of Linguistic Ideas (HIL), of two gender-inclusive language manuals published in Brazil: the “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017) and the “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero” (Brasil, 2021). The objective is to understand how the process of manualizing linguistic knowledge occurs in these discursive materialities. We base our analysis on Pêcheux (2014, 2015), Puech (1998), and Auroux (2014). The analysis reveals the circulation of a discourse on equality that recommends non-sexist language aimed at making the feminine visible, but does not guide the use of non-binary language. It is argued that the manualization of linguistic knowledge is inscribed in a patriarchal ideological formation, mobilizing both binary and non-binary discursive formations.

Keywords: Manualization. Discourse. Language manuals. Inclusive language. Discourse Analysis.

¹ Doutoranda em Letras, na área de Linguagem e Sociedade e na linha de pesquisa Estudos Discursivos: Memória, Sujeito e Sentido, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus Cascavel. E-mail: camilla.cruz@unioeste.br

Introdução

Este artigo apresenta resultados da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada “A manualização do saber linguístico: o discurso sobre igualdade em manuais de linguagem inclusiva de gênero do Brasil” (Cruz, 2023), realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na área de concentração Estudos Linguísticos e na linha de pesquisa Língua, Sujeito e História, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sob orientação da Profa. Dra. Taís da Silva Martin (UFSM/DLCL/PPGL).

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como ocorre a manualização do saber linguístico em dois manuais de linguagem inclusiva de gênero do Brasil: o “Manual de linguagem inclusiva”, publicado pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS), em 2017; e o “Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social”, publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (Brasil), em 2021.

O aporte teórico-metodológico desta pesquisa se ancora na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, fundada pelo filósofo-linguista francês Michel Pêcheux (2014, 2015), na França, e difundida inicialmente no Brasil por Eni Orlandi (2020). Desenvolvemos esta pesquisa com base na Análise do Discurso (AD) em articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL), especificamente nos estudos do filósofo da linguagem francês Sylvain Auroux (2014) e do linguista francês Christian Puech (1998).

A linguagem inclusiva de gênero e os impactos histórico-sociais do movimento feminista:

gênero e língua em discursividade

Partir do lugar teórico de articulação entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas nos leva a tecer relações entre o político, a língua, o sujeito e a história, delineando o ponto de vista teórico, analítico e metodológico que sustenta nossas reflexões.

Dado o tema aqui explorado, que é a linguagem inclusiva de gênero, é necessário estabelecer relações que consideram o papel político dessa linguagem na sociedade, bem como o papel dos manuais, enquanto instrumentos linguísticos e tecnológicos que buscam recomendar o uso de tal linguagem.

A partir do início do século XXI, no Brasil, diversos manuais de linguagem inclusiva começaram a surgir, fato que pode estar relacionado à criação de leis, decretos e outras iniciativas institucionais que versam sobre a prática de uso dessa linguagem. Entre esses materiais, encontram-se manuais produzidos por diferentes instituições públicas, organizações sociais e iniciativas acadêmicas, voltados à orientação de práticas linguísticas consideradas mais inclusivas. Neste trabalho, selecionamos para análise dois desses instrumentos linguísticos. Dito isso, a fim de inferir acerca das relações possíveis entre língua, discurso e gênero, é preciso tratar sobre o que se compreende por linguagem inclusiva.

O termo “linguagem inclusiva” é utilizado, em diferentes contextos sociais e institucionais, para designar formas de uso da linguagem que buscam evitar práticas discriminatórias e promover a inclusão de diferentes sujeitos. Nesse sentido, tal noção pode abarcar propostas de linguagem não sexista e de linguagem não binária/neutra.

Para a linguista espanhola Maria Ángela Calero Fernández (1999), o sexismo linguístico é uma manifestação da discriminação em relação

às mulheres que se estabelece na linguagem como um reflexo sexista da sociedade, visto que existem formas divergentes na estrutura e no uso da língua em função das mulheres e dos homens. Assim, a linguagem não sexista é uma linguagem que se preocupa com a nomeação e a visibilização do feminino na língua, evitando o uso do masculino genérico e evidenciando o gênero feminino das palavras.

Por sua vez, a chamada linguagem não binária, também referida em diferentes contextos como linguagem neutra, tem sido utilizada para designar propostas de uso da linguagem que buscam nomear sujeitos que não se identificam exclusivamente com o feminino ou com o masculino, como pessoas transgênero, transexuais, agênero ou de gênero fluido. Contudo, enquanto analistas de discurso, sabemos que não há neutralidade na língua.

Para a Análise do Discurso, segundo Pêcheux (2014), a linguagem é um sistema de ambiguidades, na qual o sujeito está inserido e duplamente afetado, tanto pela ideologia, quanto pelo inconsciente. A língua, por sua vez, é a materialidade do discurso, a base dos processos discursivos, existindo a partir da historicidade e da contradição ideológica e estando sujeita ao equívoco e à instabilidade. Dessa maneira, o discurso está atrelado à língua de forma constituinte, não de forma accidental.

Com relação à aparente autonomia da língua, para utilizar uma linguagem inclusiva de gênero, podemos desdobrar as palavras em feminino, em masculino ou utilizar termos coletivos que possam generalizar os sujeitos sem especificar seus gêneros, pois tal uso pode diminuir o sexismo representado por meio da linguagem. Isso posto, é possível atestar não haver evidências, transparências e obviedades no discurso, assim como não há neutralidade na língua.

Para compreender como a linguagem

inclusiva se relaciona com questões de gênero e sexualidade, é crucial considerar o gênero performativo nos Estudos de Gênero. De acordo com a/o filósofa/o feminista Judith Butler (2015), o gênero é uma construção histórica e cultural, formulada para que se determinem os papéis de gênero aos sujeitos, sem que haja relação com o sexo biológico.

Nesse sentido, a quarta onda do feminismo, no contexto da qual se desenvolveu esta pesquisa, propaga o uso da linguagem inclusiva (não sexista e não binária), posto que as lutas dos movimentos político-sociais das ondas anteriores resultaram em uma sociedade que não deve aceitar a discriminação dos sujeitos.

Como resultado, foram publicados manuais de linguagem inclusiva que buscam cercear a língua para incluir por meio dela, propondo o uso de termos para pretender nomear todos os sujeitos, de todos os gêneros, sexualidades, raças etc., como se fosse possível incluir todos os gêneros performativos em gêneros gramaticais ou até mesmo “neutralizar” estes últimos, como ocorre, por exemplo, com o uso da vogal “e” para expressar gênero gramatical neutro.

A legislação sobre linguagem inclusiva de gênero no Brasil: embates políticos e ideológicos sobre a língua

Ao propor uma reflexão acerca da legislação que versa sobre o uso da linguagem inclusiva no Brasil, seja ela não sexista, a qual é constantemente estipulada por lei, seja ela neutra/não binária, a qual é repetidamente proibida por lei, buscaremos compreender como a legislação promove embates políticos e ideológicos sobre a língua, enquanto base dos processos discursivos, estando sempre sujeita ao equívoco e à incompletude.

Com o objetivo de traçar um panorama

das leis e dos projetos de lei federais, estaduais e municipais que versam sobre a linguagem inclusiva no Brasil, recorreremos ao acervo do Projeto de Pesquisa “BPL – Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil” (UFSM, 2018), desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria pela analista de discurso Larissa Montagner Cervo e colaboradores, com o propósito de disponibilizar um banco on-line de documentos jurídicos e outras textualidades normativas relacionadas às políticas públicas sobre línguas no país. A consulta a esse acervo permite observar que, sobretudo a partir da segunda década do século XXI, passaram a circular no Brasil diferentes iniciativas legislativas relacionadas ao uso da linguagem inclusiva.

Entre elas, encontram-se tanto projetos e normas que recomendam ou incentivam o uso de formas linguísticas consideradas inclusivas — como o desdobramento de gênero (feminino/masculino) ou o uso de termos impessoais — quanto iniciativas que buscam restringir ou proibir o uso da chamada linguagem neutra ou não binária, especialmente no âmbito educacional. Esse conjunto de proposições jurídicas evidencia que a língua e seus usos se tornam objeto de disputas políticas e institucionais, o que também repercute na produção e circulação de instrumentos linguísticos, como os manuais de linguagem inclusiva analisados neste trabalho.

Nesse cenário, observa-se que, no Brasil contemporâneo, circulam leis, decretos e projetos de lei que buscam regulamentar o uso da língua em direções distintas: ora recomendando o uso de uma linguagem inclusiva de gênero não sexista — por meio da feminização da língua ou do desdobramento gramatical feminino/masculino, bem como do uso de termos impessoais —, ora proibindo, sobretudo no âmbito educacional, o uso da linguagem inclusiva neutra ou não binária. Esse cenário evidencia uma tentativa jurídica

de controle sobre a língua e sobre o sujeito por meio da regulação de seus usos, ainda que, como sabemos, a língua não seja plenamente estabilizável ou passível de cerceamento.

É importante explicitar que diversos manuais de linguagem não sexista surgiram por iniciativas governamentais legislativas que buscavam difundir o uso de uma linguagem mais inclusiva, no sentido não sexista no termo, ou seja, privilegiando o desdobramento dos gêneros feminino e masculino na linguagem para visibilizar as mulheres, principalmente nos cargos trabalhistas desempenhados por elas, sem, no entanto, alterar morfológicamente a língua portuguesa ou simbolizar gêneros não binários.

A gramatização e a manualização do saber linguístico em discursividade: no entremeio da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas

Tratamos de delinear algumas reflexões iniciais sobre a linguagem em articulação com gênero, especialmente no que concerne à linguagem inclusiva. Refletir sobre tais questões pode ser um desafio para o analista de discurso, pois pode suscitar, por exemplo, os seguintes questionamentos: quais sujeitos caberiam na letra “o”, em casos em que o dizer nomeia todos os gêneros, mas reflete apenas o masculino? Ou, ainda: dada a incompletude e opacidade da língua, todos os sujeitos caberiam na letra “e”? Tal neutralidade de gênero seria capaz de nomear pessoas de todos os gêneros, como propõe a linguagem não binária/neutra? Para as mulheres, o uso apenas da linguagem neutra poderia apagar o desdobramento do masculino/feminino que vem sendo conquistado apenas recentemente?

Acreditamos que a finalidade direta do uso da linguagem inclusiva de gênero não é

mudar a gramática diretamente, mas destacar a discriminação de gênero que parte do uso da língua por meio dos sujeitos que a utilizam, partindo da fala à escrita. No entanto, não é possível dizer que a língua é discriminatória de forma imanente, mas que os sujeitos que enunciam podem produzir um discurso que manifeste efeitos de sentido discriminatórios.

Como dito anteriormente, o acervo do “BPL – Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil” (UFSM, 2018) nos auxiliou a compreender que, no Brasil atual, existem leis, decretos e projetos de lei que regulamentam, ou propõem regulamentar, o uso da língua de duas formas diferentes. Ora recomendando uma linguagem inclusiva de gênero não sexista que feminiza a língua (propondo o desdobramento gramatical feminino/masculino) ou apagando o gênero (propondo o uso de termos impessoais), ora proibindo, no âmbito educativo, o uso da linguagem inclusiva neutra/não binária. Assim, é possível afirmar que há uma intensa tentativa jurídica de cercear a língua e o sujeito, pelo controle no uso da língua, que, como sabemos, não é estabilizável ou cerceável.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que o uso de uma linguagem inclusiva de gênero, juntamente com sua recomendação em manuais, certamente estabelece um certo controle sobre a linguagem e os dizeres dos sujeitos. Dessa forma, há uma inscrição, por parte do sujeito e do discurso enunciado, em uma posição consciente sobre a possibilidade de preconceito daquilo que se enuncia. Ou seja, ao enunciar, produzimos efeitos de sentido que podem ser discriminatórios ou não, a depender de como a ideologia, conceituada por Maldidier (2014, p. 94) da seguinte forma: “[...] práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais do que outros aos mecanismos de reprodução do assujeitamento ideológico”, pode se manifestar no discurso.

O filósofo da linguagem Aurox (2014)

teoriza que é necessário haver gramatização para que os instrumentos tecnológicos sejam parte do processo de vulgarização dos saberes sobre a língua. Segundo o linguista Puech (1998), a manualização apresenta foco no processo em si, não no produto finalizado, ou seja, no próprio manual.

Partindo do pressuposto de que os manuais formam parte de um processo específico de manualização, entendido como a produção e circulação de manuais que sistematizam e orientam usos da língua, e de um processo mais amplo de gramatização, que envolve a produção de instrumentos linguísticos e tecnológicos — como gramáticas, dicionários e manuais — voltados à descrição, normatização e difusão de saberes sobre a língua, é preciso sinalizar que, embora haja nos manuais analisados o reconhecimento de que o feminino é uma marcação gramatical necessária, a linguagem não sexista propõe somente uma alternativa contrária ao uso do masculino como universal e neutro. No entanto, ela não trata de questões referentes à linguagem não binária/neutra, a qual propõe um terceiro gênero gramatical, que não é masculino, tampouco feminino.

Com o propósito de refletir acerca de como é possível haver uma articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise do Discurso, é preciso distinguir o papel de cada um desses campos teóricos. Para Baldini et al. (2018), a História das Ideias Linguísticas apresenta como seu objeto de estudo, os saberes históricos sobre a linguagem e as línguas. A Análise do Discurso, por sua vez, possui o discurso como seu objeto, isto é, a produção de efeitos de sentido, mobilizando conceitos fundamentais, como: sujeito, luta de classes e condições de produção, entre outros.

Para exemplificar a relevância teórica linguística da articulação entre Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas, é possível afirmar que pensar apenas a partir da

teoria da História das Ideias Linguísticas implica pensar na história das línguas, sem, no entanto, estabelecer a relação crucial existente entre a língua, a história, o sujeito, as condições de produção e a luta de classes, relação considerada basilar para a Análise do Discurso materialista.

Após explicitar a relevância de estudos linguísticos que associam teoricamente a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas, trataremos da análise discursiva que parte de tal perspectiva teórico-metodológica: a de que o manual faz parte de um processo de manualização e de gramatização, bem como produz efeitos de sentidos discursivos específicos e heterogêneos, a partir da interrelação entre discurso, sujeito, ideologia e história.

A manualização do saber linguístico em guias digitais de linguagem inclusiva de gênero do Brasil no século XXI

É fundamental explicitar que a publicação dos guias analisados compreende os anos 2017 e 2021, época de emergentes discussões e legislações sobre o uso da linguagem inclusiva de gênero, assim como de reivindicações oriundas de lutas do movimento feminista latino-americano.

Assim, a representatividade política foi um aspecto importante considerado ao escolher as materialidades desta pesquisa, dado que se refere a manuais de linguagem inclusiva de gênero de autoria político-governamental de duas instituições: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS).

Metodologicamente, esta pesquisa se realiza em três etapas, conforme os estudos de Orlandi (2020), a serem cumpridas a fim de alcançarmos os objetivos traçados na análise realizada no campo teórico da Análise do Discurso. As etapas são as seguintes: 1) Seleção

dos manuais que formam o *corpus*; 2) Seleção das sequências discursivas a serem analisadas; 3) Trabalho teórico-analítico no entremeio da descrição e da interpretação. Vale especificar que realizamos a análise de 12 sequências discursivas no total, 6 de cada manual analisado.

Com base nos estudos de Orlandi (2020), desenvolvemos as três etapas de nossa pesquisa. A primeira consiste na passagem analítica da superfície linguística (texto) ao objeto discursivo (formação discursiva), momento em que realizamos a seleção das sequências discursivas (SDs). Essa seleção foi orientada por critérios analíticos que privilegiaram enunciados nos quais se materializam sentidos sobre igualdade de gênero e linguagem inclusiva nos manuais analisados. Em um segundo momento, procede-se à análise do objeto discursivo, observando a inscrição dos dizeres em determinadas formações discursivas. Finalmente, em um terceiro momento, ocorre a passagem do objeto discursivo ao processo discursivo, permitindo ao analista de discurso compreender, a partir das formações discursivas, sua relação com as formações ideológicas.

Conforme Pêcheux e Fuchs (2014, p. 165), a existência da formação discursiva na sociedade capitalista se dá “[...] historicamente no interior de determinadas relações de classes”. Por sua vez, a formação ideológica comporta “[...] necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas e determinam o que pode e deve ser dito [...]” (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 164).

Iniciaremos pelo primeiro manual, intitulado “Manual de linguagem inclusiva”, publicado pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS), uma instituição intergovernamental. Depois, trataremos da análise do manual intitulado “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social”, publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma

instituição governamental brasileira.

O “manual de linguagem inclusiva”, publicado pela SINUS

O primeiro manual analisado neste estudo foi publicado digitalmente em Brasília/Distrito Federal, em 2017, pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS), um projeto de extensão do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB), em Brasília, no Distrito Federal do Brasil. Tal manual apresenta uma organização textual estruturada em seções temáticas que articulam discussão conceitual e orientações práticas sobre o uso não sexista da linguagem. O documento inicia-se com uma apresentação que contextualiza sua elaboração no âmbito do projeto pedagógico da Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, seguida de seções que discutem a linguagem como mecanismo de reprodução de significados sociais e o uso sexista da língua.

Na sequência, o manual apresenta proposições de formas não sexistas de uso da linguagem, organizadas por estratégias linguísticas — como especificação de gênero e neutralização de referência — acompanhadas de exemplos e quadros comparativos entre usos recomendados e não recomendados. Há ainda uma seção dedicada a outras formas de discriminação linguística para além do gênero, bem como uma parte final que explicita a escolha institucional pelo uso do feminino como estratégia de problematização do masculino genérico. O texto se dirige diretamente às leitoras e aos leitores envolvidos no projeto SiNUS, assumindo um caráter didático e propositivo, com o objetivo de orientar práticas discursivas consideradas mais inclusivas.

É importante ressaltar que a SINUS constitui um projeto da Organização das Nações

Unidas (ONU), relevante organização de caráter intergovernamental, que propõe simulações de reuniões de organismos internacionais. Nessas simulações, estudantes secundaristas assumem a posição de pessoas que seriam responsáveis por tomar decisões, tendo em vista a criação de propostas a fim de formular resoluções para possíveis problemas.

Dito isso, a seguir, trataremos da análise de 6 sequências discursivas que se referem ao manual descrito, desde a SD1 até a SD6.

Sequência Discursiva 1 (SD1):

Como dito anteriormente, a linguagem não é neutra. Ela está inserida em um contexto de construção, reprodução e perpetuação de relações de poder que reverberam na forma como indivíduos e grupos são considerados. No caso da língua portuguesa e de outros idiomas indo-europeus, essa reverberação é ainda mais evidente quando se leva em conta que possuímos uma estrutura gramatical binária, com fortes marcações de gênero (SINUS, 2017, p. 5).

Em SD1, identificamos a formação discursiva que nomeamos de não binária, pois entendemos que os sentidos da inclusão de diversos gêneros ressoam no discurso sobre igualdade, não apenas o feminino e o masculino. Tendo em vista o deslize dos sentidos, determinado pelo processo discursivo de “efeito metafórico”, teorizado por Pêcheux (2014, p. 96) como um “[...] fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual [...]”. Para o estudioso, trata-se de um deslizamento de sentido entre “x” e “y” que constitui o sentido do discurso designado por “x” e “y”, um processo que resulta na superposição e transferência dos sentidos, tornando possíveis o equívoco e o deslize dos sentidos.

Por isso, entendemos que, em SD1, o não dito que constitui o dito atravessa o discurso. Isso porque, no manual da SINUS, há o reconhecimento de que, no Brasil contemporâneo, onde se fala português, a linguagem inclusiva é necessária. Essa necessidade surge porque a língua portuguesa é gramaticalmente binária, isto é, não possui

gênero neutro e utiliza o masculino genérico para nomear de forma geral, sem distinguir se há mais mulheres e/ou pessoas de gêneros não binários do que homens, no contexto do dizer.

É importante explicar que, de acordo com o manual da SINUS, “[...] a linguagem não é neutra” (SINUS, 2017, p. 5), a instituição concorda com o título do manual, já que nele consta “linguagem inclusiva”, não “linguagem neutra”. Além disso, se recomenda, ao longo do manual, o uso de uma linguagem não sexista, apresentando, como alternativas, o desdobramento do feminino e do masculino, bem como a opção do uso de termos impessoais, aqueles sem marcação de gênero. Dessa forma, como o manual da SINUS não propõe mudanças morfológicas nas palavras consideradas parte da linguagem inclusiva, tal manual não sugere o uso de uma linguagem neutra/não binária.

Sequência Discursiva 2 (SD2):

O uso de artigos, substantivos, pronomes, adjetivos, advérbios e numerais variados em gênero se torna um problema à medida que nos acostumamos a utilizar a flexão no masculino para fazer referência a grupos gerais (incluindo indivíduos identificados com o gênero feminino e masculino), de forma supostamente neutra. Desse modo, incorremos na atitude de negação da feminização da língua, invisibilizando não apenas as mulheres, mas todas as mudanças socioculturais em prol da igualdade de gênero que temos alcançado (SINUS, 2017, p. 6).

Em SD2, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva binária dominante, já que está relacionado com a desigualdade do uso do masculino genérico, gramaticalmente neutro, comumente utilizado para falar de sujeitos de todos os gêneros. Embora, quando ocorre o uso no plural, apenas o masculino é visibilizado, não o feminino ou um gênero não binário, embora tal uso se refira a mulheres ou a pessoas não binárias, além de homens. Ademais, em SD2, o discurso sobre igualdade parece estar vinculado a uma linguagem que feminiza a língua, dando visibilização ao feminino, ainda que não haja explicações, no manual da SINUS, de como

se recomendaria a nomeação de pessoas não binárias.

Sequência Discursiva 3 (SD3):

Com certeza, outros casos existem para mostrar como a invisibilização das mulheres por meio do uso que fazemos da língua gerou (e ainda gera) entraves para que elas ocupassem espaços de destaque na sociedade. Assim, se percebe a importância da linguagem inclusiva como mecanismo de combate dessa exclusão (SINUS, 2017, p. 6).

Em SD3, o discurso sobre igualdade parece estar vinculado ideologicamente a uma formação discursiva binária dominante, visto que o uso de uma linguagem inclusiva que visibilize as mulheres, ou seja, o sujeito-mulher, profissionalmente, é capaz de promover a igualdade no âmbito laboral da sociedade capitalista.

Nesse sentido, vale a pena mencionar que, ainda atualmente, há desigualdade de gênero no Brasil, posto que segue havendo mais homens ocupando espaços de poder do que mulheres e pessoas de gêneros não binários na sociedade brasileira. Assim, a igualdade que combate a exclusão da mulher na língua não se preocupa com a nomeação do sujeito-não-binário, apenas algumas poucas vezes com a do sujeito-mulher.

Sequência Discursiva 4 (SD4):

Quando se trata de alternativas de linguagem inclusiva quanto ao gênero frequentemente se observam tentativas de neutralização da gramática a partir do emprego do “x”, do “@”, etc. Como outras propostas de inclusão de gênero no uso da língua, ela também busca questionar a invisibilização do feminino por meio de uma falsa ideia de universalidade contida no gênero masculino. No entanto, e como já abordado, qualquer tipo de tentativa de neutralização do que não é neutro/a – nesse caso, a linguagem – imporá obstáculos àquilo que é primordial: a equidade (SINUS, 2017, p. 7).

Em SD4, desde os nossos gestos de interpretação, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva binária dominante, a qual faz circular efeitos de sentido sobre uma linguagem que é inclusiva, com respeito ao gênero do sujeito-mulher, propondo neutralizar a língua portuguesa por meio do uso da letra “x” e do símbolo “@”, buscando

questionar o uso do masculino genérico e a inviabilização do feminino. Por isso, o discurso do manual se refere ao uso do masculino como universal, assim como o discurso gramatical, impossibilitando a equidade para as mulheres no discurso.

Sequência Discursiva 5 (SD5):

Refletir sobre as possibilidades de uso inclusivo de gênero para a língua envolve, fundamentalmente, duas dimensões: (1) a especificação do gênero e (2) a neutralização ou abstração de sua referência (SINUS, 2017, p. 8).

Em SD5, compreendemos que o sujeito não-binário, não podendo ser representado na língua na dimensão de “especificação de gênero”, é apagado do discurso sobre igualdade, por situar-se fora dos padrões gramaticais que os instrumentos linguísticos estabelecem como corretos e autorizados socialmente. Dessa forma, o sujeito não-binário é deslocado para a dimensão de “neutralização ou abstração de sua referência”. Tal funcionamento discursivo produz um tensionamento no próprio discurso de igualdade mobilizado pelo manual, uma vez que, ao mesmo tempo em que se busca combater o apagamento do sujeito-mulher por meio da visibilização do feminino, mantém-se o apagamento de outros sujeitos que não se inscrevem no binarismo de gênero. Assim, a inclusão proposta pela linguagem não sexista revela seus limites, pois opera prioritariamente na oposição masculino/feminino, deixando à margem sujeitos que escapam a essa divisão binária.

Sequência Discursiva 6 (SD6):

Enquanto um secretariado composto por 2/3 de liderança feminina, podemos afirmar que o uso inclusivo da linguagem nos remete empoderamento, nos remete inclusão. Assim, valorizamos discursos que incluam o feminino, valorizamos mulheres que utilizem seus cargos para questionar essas estruturas (ex: Presidenta Dilma), valorizamos os questionamentos sobre a linguagem e o pensamento de que esta pode e deve evoluir (SINUS, 2017, p. 13).

Em SD6, o discurso sobre igualdade se inscreve ideologicamente em uma formação

discursiva binária dominante, possibilitando a circulação de sentidos de empoderamento feminino por meio da inclusão das mulheres na linguagem, bem como da evolução da sociedade pela visibilização do sujeito-mulher.

Assim, a feminização da língua faz ressoar, por meio da memória discursiva, os sentidos da luta histórica pela igualdade de gênero, na qual as mulheres precisam lutar a fim de ocupar determinados cargos de poder destinados mais aos homens do que às mulheres, como a Presidência da República do Brasil.

Nesse sentido, a memória não é a memória de cada um de nós, individualmente, mas a memória, conforme Pêcheux (2015, p. 44), “[...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Essa memória conduz os sentidos sobre ser mulher, poderosa e bem-sucedida na sociedade capitalista a circular discursivamente no interior de uma formação discursiva não sexista.

Portanto, sinalizamos que o manual da SINUS não apresenta recomendações de nomeações para o sujeito-não-binário, apenas de especificação de gênero, ou seja, de desdobramento de feminino e masculino e da neutralização/abstração de gênero.

O “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social”, publicado pelo TSE

O segundo manual analisado foi publicado digitalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), produzido pela Secretaria de Comunicação e validado pela Comissão de Mulheres, em Brasília/Distrito Federal, em 2021. Tal manual apresenta uma estrutura voltada principalmente para orientações práticas de uso da linguagem inclusiva em diferentes contextos de comunicação institucional.

Após uma breve apresentação que relaciona linguagem, transformações sociais e direitos humanos, o documento organiza-se em seções que apresentam sugestões de aplicação da linguagem inclusiva em diferentes gêneros discursivos e plataformas comunicativas, como textos institucionais, imprensa, redes sociais, vídeos e podcasts.

Em cada seção, são oferecidas orientações acompanhadas de exemplos de reformulação linguística, com destaque para estratégias como a especificação de gênero (por exemplo, “eleitoras e eleitores”) e o uso de termos coletivos ou neutros (como “pessoas”, “eleitorado” ou “população”). O guia se dirige principalmente a profissionais da comunicação institucional do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais, assumindo um caráter normativo e instrucional voltado à padronização de práticas linguísticas consideradas inclusivas no âmbito da comunicação pública.

Considerando esta breve descrição do manual em análise, trataremos da análise de 6 sequências discursivas (SD), da formação discursiva 7 até a formação discursiva 12.

Vale dizer que o TSE é uma instituição governamental de jurisdição nacional, sendo considerado a instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral Brasileira, atuando juntamente com os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), a fim de administrar, no Brasil, processos eleitorais estaduais e municipais.

Sequência Discursiva 7 (SD7):

A linguagem, na condição de fenômeno comunicativo, reflete um contexto histórico inclusive no que diz respeito aos papéis de gênero. Assim, as flexões de gênero naturalizam o masculino como “neutro” e colocam o feminino na condição de “outro”, invisibilizando, provocando até mesmo ambiguidades e confusões (Brasil, 2021, p. 2).

Em SD7, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva binária dominante, o que simboliza a incompletude,

a qual, segundo Orlandi (2020), é constitutiva do sujeito, da linguagem e dos sentidos. Considerando essa incompletude, “todos os gêneros” não podem ser considerados “todos os gêneros existentes”, pois há desigualdade entre o gênero feminino e o masculino, os gêneros binários. Dessa forma, o sujeito-mulher está invisibilizado, apagado pelo uso do masculino genérico. Tal uso representa apenas o masculino, o sujeito-homem, em vez de representar sujeitos de diferentes gêneros, para além do binarismo.

Sequência Discursiva 8 (SD8):

Por ser uma forma de expressão e manifestação cultural, a linguagem é mutável e está em constante movimento de transformação. Molda-se às novas realidades, aos novos contextos e mesmo aos imperativos sociais de equidade (Brasil, 2021, p. 2).

Em SD8, nos colocamos em consonância com Pêcheux e Fuchs (2014, p. 177), pois compreendemos que “[...] uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior [...]”. Assim, acreditamos que o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva não binária dominante, no que se refere à linguagem, porque não se restringe a diferenciar os gêneros entre masculino e feminino.

Nessa esteira, sinalizamos que tal discurso tampouco menciona questões de gênero, ainda que possa simbolizar a circulação de sentidos sobre a equidade em relação à língua – tratando-se de um manual de uso de uma linguagem inclusiva –, da ordem do novo, do moderno, do socialmente aceitável e necessário de ser usado em determinados momentos, sob a regulação da formação discursiva determinada pela formação ideológica, que, de acordo com Pêcheux e Fuchs (2014, p. 164), determina “[...] o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”.

Sequência Discursiva 9 (SD9):

Assim, a proposta deste guia é viabilizar a adoção de uma escrita inclusiva e representativa. Desse modo, baseia-se em perspectivas que promovem a transversalização dos

direitos humanos, visando a adequação da linguagem, dos diálogos e das produções escritas e visuais (Brasil, 2021, p. 2).

Em SD9, compreendemos que o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva não binária dominante, posto que a proposta do manual é incluir e simbolizar o sujeito por meio de uma linguagem adequada no que concerne ao gênero. Essa linguagem seria usada no/pelo TSE, no que se refere a pronomes de tratamento, assim como às produções escritas e visuais. Contudo, não há orientações sobre as questões de gênero, nem mesmo de não binaridade, somente acerca de direitos humanos, de forma geral.

Sequência Discursiva 10 (SD10):

Esperamos que este guia contribua para uma comunicação atenta às novas realidades, minimizando estereótipos e preconceitos (Brasil, 2021, p. 2).

Em SD10, entendemos que o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva que mobiliza sentidos de inclusão e respeito às diferenças, frequentemente associados, no manual, à necessidade de uma comunicação atenta às “novas realidades” e ao combate a estereótipos e preconceitos. Esse funcionamento discursivo não se restringe a essa sequência específica. Ao longo do guia, observam-se outras formulações que orientam o uso de uma linguagem “abrangente”, “representativa” e “respeitosa às identidades de gênero”, indicando a circulação de sentidos vinculados à inclusão de diferentes sujeitos no discurso institucional. Essas recorrências permitem compreender que o discurso sobre igualdade se organiza a partir de uma formação discursiva que busca atualizar os dizeres institucionais sobre linguagem em consonância com demandas sociais contemporâneas, relacionadas ao reconhecimento da diversidade de identidades de gênero e ao enfrentamento de práticas discriminatórias.

Sequência Discursiva 11 (SD11):

Ao optar por formas neutras, abrangentes e representativas de tratamento, estamos respeitando a identidade e expressão de gênero de todas as pessoas. A seguir, apresentaremos algumas possibilidades e opções, correspondentes à linguagem oficial e culta para uso do TSE e dos TREs, quanto à aplicação da Linguagem Inclusiva Não Sexista (Lins) (Brasil, 2021, p. 4).

Em SD11, o discurso sobre igualdade se inscreve ideologicamente em uma formação discursiva binária dominante, na qual os dizeres fazem circular os sentidos possíveis em uma linguagem inclusiva não sexista, considerada uma forma oficial e culta de uso da linguagem, buscando tratar respeitosamente a “todos os sujeitos”. Entretanto, os sentidos encontram-se à deriva, a qual é proeminente do “efeito metafórico” teorizado por Pêcheux (2014), dado que a língua culta e oficial, recomendada no/pelo manual do TSE, permite a especificação de sujeitos de gêneros binários. Porém, essa língua não oferece a mesma especificação pronominal a sujeitos de gêneros não binários, que também são pessoas.

Sequência Discursiva 12 (SD12):

Temos duas medidas para uma linguagem inclusiva e ampla:

- Neutralização ou abstração de referência a gênero
- Especificação de gênero

Exemplos: todas e todos, homens e mulheres, senhoras e senhores, masculino e feminino, senhores(as), todos/as.

Neste guia, apresentaremos algumas sugestões encontradas. Veja algumas orientações para aplicação e uso da Lins nas comunicações verbais e não verbais

(Brasil, 2021, p. 4).

Em SD12, a partir de nossos gestos de interpretação, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma formação discursiva binária dominante, simbolizando uma regularidade observada anteriormente em nossa análise da SD5, no “Manual de linguagem inclusiva”, de autoria da SINUS (2017). Novamente, as únicas reformulações possíveis de uso de linguagem inclusiva são duas: neutralização/abstração de referência ao gênero e especificação de gênero. Essas opções foram apresentadas no manual da SINUS, analisado anteriormente.

Essa regularidade, conforme nossa análise, provém de um processo discursivo de paráfrase, no qual, segundo Orlandi (2020), o mesmo dizer reverbera novamente, em forma de já dito, considerando que, de acordo com a autora, “[...] em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”.

Nesse sentido, em SD12, é possível perceber que somente desdobrar os gêneros binários (em masculino ou feminino) poderia não ser suficiente para nomear e simbolizar sujeitos de todos os gêneros. Como a linguagem não sexista recomenda pronomes femininos e masculinos, mas não recomenda pronomes neutros, como o faz a linguagem neutra, resulta que nem todos os sujeitos estão incluídos na linguagem inclusiva de gênero.

A maneira como os exemplos são representados em SD12 evoca sentidos que podem parecer idênticos à primeira vista, mas que ressoam diferentemente sob o olhar de analistas de discurso, dado que dizer “todas e todos” difere completamente de dizer “homens e mulheres”, pois a ordem do masculino em primeiro lugar não é inclusiva, considerando a minorização das mulheres na sociedade patriarcal. Assim, dizer “senhores(as)”, além de subverter a ordem política, coloca o feminino como menos importante, já que o desdobramento do feminino está entre parênteses, simbolizado como uma informação incluída opcionalmente, não primordialmente.

Contudo, há uma restrição no que se refere aos gêneros possíveis de serem especificados, visto que apenas o feminino e o masculino são opções possíveis. Em outras palavras: na Linguagem Inclusiva Não Sexista (denominada LINS), não há lugar para pessoas não binárias no discurso no uso, a não ser o lugar da generalização, do gênero não mencionado, do não dito.

Embora os manuais analisados neste trabalho se concentrem sobretudo na promoção

de uma linguagem inclusiva de caráter não sexista — voltada principalmente à visibilização do feminino por meio da feminização da língua ou do desdobramento gramatical feminino/masculino —, observa-se, em outros contextos sociais e discursivos, a circulação de propostas de linguagem inclusiva não binária, frequentemente referida como linguagem neutra.

Tais propostas buscam tensionar a estrutura binária da língua portuguesa por meio do uso de novos marcadores linguísticos ou de estratégias de reformulação textual que visem abarcar sujeitos que não se identificam exclusivamente com o masculino ou com o feminino. Ainda que essas formas não estejam institucionalizadas nos instrumentos linguísticos normativos, sua circulação em diferentes espaços discursivos — como redes sociais, textos literários, produções acadêmicas e debates políticos — evidencia que a língua está em constante movimento e que seus usos são atravessados por disputas de sentidos.

Nesse cenário, torna-se possível observar um tensionamento entre diferentes modos de lidar com a questão da inclusão de gênero na linguagem: de um lado, propostas que buscam superar o masculino genérico pela visibilização do feminino; de outro, iniciativas que procuram deslocar o próprio binarismo de gênero presente na estrutura linguística. Para a Análise do Discurso, tais movimentos evidenciam que os instrumentos linguísticos — como gramáticas, manuais e guias institucionais — participam da produção e regulação dos sentidos sobre a língua, ao mesmo tempo em que são atravessados pelas transformações históricas e sociais que incidem sobre seus usos.

Considerações finais

Para finalizar esta apresentação, vale dizer que, nesta pesquisa, compreendemos

o discurso como um processo em curso, bem como uma prática que se manifesta em diversas materialidades, sempre possíveis de serem analisadas diferentemente por cada analista de discurso.

Assim, o processo de manualização é um processo repleto de efeitos de sentido, produzidos em uma discursividade específica, como no caso dos manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros analisados, visto que foram publicados em determinada conjuntura, a partir do início da segunda década do século XXI. Tais efeitos de sentido resultam em determinadas condições de produção do discurso veiculados nesses instrumentos linguísticos.

É possível observar que, ao propor estratégias de inclusão linguística voltadas principalmente à visibilização do feminino, os manuais analisados buscam mitigar práticas discursivas consideradas discriminatórias, sobretudo aquelas relacionadas ao uso do masculino como forma universal e supostamente neutra. No entanto, tal movimento também produz um tensionamento, na medida em que a inclusão do feminino não implica necessariamente a incorporação de sujeitos que não se inscrevem no binarismo de gênero.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se busca enfrentar o apagamento do sujeito mulher na língua, permanecem limites para a representação de sujeitos que se identificam para além da oposição masculino/feminino. Esse funcionamento evidencia que os instrumentos linguísticos analisados participam da regulação dos sentidos sobre igualdade e inclusão na língua, ao mesmo tempo em que são atravessados por disputas discursivas mais amplas em torno das formas de nomeação dos sujeitos e das possibilidades de transformação dos usos linguísticos.

Portanto, desde nossos gestos de interpretação acerca dos manuais analisados,

compreendemos que o processo de manualização do saber linguístico ocorre de forma que a linguagem que se recomenda pode ser definida como não sexista. Dito de outra forma: é uma linguagem que prioriza a visibilização do feminino e, por conseguinte, do sujeito-mulher. Contudo, é preciso explicitar que a linguagem recomendada não é uma linguagem que busca visibilizar um terceiro gênero, um gênero neutro, como ocorre com a proposta de uso da linguagem neutra/não binária.

Longe de vislumbrar um fim das reflexões sobre língua e gênero na área dos Estudos Linguísticos, é necessário sinalizar que os embates histórico-sociais, que afetam os sujeitos de diferentes formas, nos permitem compreender que a tentativa de representar a mulher na língua, bem como a de representar pessoas que não se identificam somente como mulher ou somente como homem (como no caso das pessoas não binárias), parece ser algo necessário em termos de lutas sociais pela representatividade político-linguística.

Diante do exposto neste artigo, muitas vezes, na sociedade, é preciso identificar os sujeitos considerando sua subjetividade particular com respeito ao gênero, em busca de uma não ambiguidade em relação a quem são esses sujeitos, à medida que a informação em referência ao gênero seja realmente necessária, em práticas político-sociais específicas, inclusive no que se refere à linguagem e à língua.

Referências

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BALDINI, Lauro; RIBEIRO, Thales de Medeiros; RIBEIRO, Karine de Medeiros. História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso: o corte epistemológico. Fragmentum,

- Santa Maria, n. 52, jul./dez., p. 15-33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/35763>. Acesso em: 07 mar. 2026.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FERNÁNDEZ, Maria Ángeles Calero. Sexismo lingüístico: análisis y propuestas ante la discriminación sexual en el lenguaje. Madrid: Narcea Ediciones, 1999.
- MALDIDIER, Denise. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 69-105.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). Papel da memória. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1957). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). Por uma análise automática do discurso. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.
- PUECH, Christian. Manuélistation et disciplinarisation des savoirs de la langue. Les Carnets du Cediscor, Paris, n. 5, p. 15-30, 1998. Disponível em: <http://cediscor.revues.org/267>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- SINUS. Manual de linguagem inclusiva. Brasília: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017. 14 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/670830384/SiNUSManual-de-Linguagem-Inclusiva>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- BRASIL. Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social. 1. ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. 17 p. Disponível em: <https://eadeje.tse.jus.br/mod/resource/view.php?id=15507>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil. Disponível em: <http://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/sclkid=c02e4273ba9d11ecb20213845054f8ed>. Acesso em: 2 abr. 2026.

Submissão: abril de 2026

Aceite: abril de 2026